

Percepções da pobreza: a importância da educação

Pedro Simões¹

Resumo

O artigo faz uma nova análise da pesquisa realizada pelo Vox Populi, em 2008, que tratava da opinião dos brasileiros sobre as desigualdades sociais, a pobreza e as políticas sociais governamentais. Nessa nova abordagem, ganha destaque a comparação entre grupos dominantes e dominados – em diversos subgrupos – sobre suas percepções acerca da pobreza. Os dados foram trabalhados a partir de uma análise estatística e colocaram, em questão, a existência de uma distinção entre as representações de ambos os grupos definidos. O resultado demonstra que os grupos, de fato, se contrapõem na maioria das observações realizadas e que se sobressaem, principalmente, aqueles que possuem alta escolaridade.

Palavras-chave: Pobreza. Representações Sociais. Estatística. Educação.

I. Introdução

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, publicou, em 2008, o relatório de uma pesquisa de opinião sobre a pobreza e a desigualdade social no país, a qual teve como título: “Desigualdade, Pobreza e Políticas Sociais do Governo, na Opinião dos Brasileiros”. Além do Sumário Executivo, a base de dados com os seus microdados foi publicada, possibilitando organizar novas análises a partir do mesmo material.

¹ Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Sociologia – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: josepeneto@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6322-2389>



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Assim, foi possível explorar a seguinte questão de trabalho: indivíduos em posições sociais muito distintas, ou seja, em lados opostos do espectro social, desenvolvem diferentes percepções sobre a pobreza, ou a sociedade cria uma única concepção que é partilhada por todos, ou por grande parte de seus membros? Independente da verificação de qualquer uma das alternativas, parte-se da concepção, amplamente aceita na Sociologia, sobre a construção social das percepções sociais dos indivíduos e, em última instância, da sua própria consciência (BERGER, 2007; BERGER; LUCKMANN, 2011; CASTRO; O'DONNELL, 2015).

Para tratar destas questões, este artigo divide-se em três partes principais: na primeira parte, há uma breve discussão sobre a concepção de representação social em alguns autores do campo sociológico, dando destaque ao trabalho de Reis (2000) por ser uma pesquisa de referência sobre a elite e pobreza²; na segunda, a metodologia utilizada de base quantitativa é apresentada. Foram recuperados os microdados da pesquisa Vox Populi de 2008 sobre as percepções da desigualdade e da pobreza no Brasil. Os dados foram apresentados, na terceira parte, enfocando exclusivamente as informações sobre a pobreza. Explorou-se, neste estudo, se havia uma diferença de percepção sobre a pobreza mediante a comparação de pares dicotômicos, estando sempre de um lado um polo considerado dominante na sociedade e, do outro, um dominado. O propósito era observar se havia um contraste claro nas percepções da pobreza entre os polos opostos. O que a análise dos dados demonstrou foi que não houve uma homogeneidade de percepção entre dominantes e dominados. Entretanto, em praticamente todas as comparações realizadas, a clivagem se estabeleceu entre algum dos grupos dominantes contra algum dos grupos dominados. Além disso, aqueles que têm *alta educação* foram os que mais se sobressaíram, estando sempre associados a outros grupos dominantes e contra a percepção dos dominados.

2 Não foi identificado outro artigo que fizesse uma análise dos resultados da pesquisa “Desigualdade, Pobreza e Políticas Sociais do Governo, na Opinião dos Brasileiros” em foco neste trabalho, nem sobre a percepção das elites sobre a pobreza.

2. Sobre as representações – breve discussão

O debate sociológico sobre a representação social inicia-se com Durkheim (1978). Para esse autor, elas são parte do conhecimento de senso comum, devem ser evitadas pelo pesquisador por constituírem-se como prenóções; mas, podem ser objeto da investigação sociológica. As representações, assim, guardam os limites do saber cotidiano e são derivadas da experiência particular de cada indivíduo. Desse modo, de um lado, elas não deixam de expressar a consciência social que se impõe aos indivíduos, tal como o autor explica ao apresentar os fatos sociais. Ao não incorporar, no seu argumento, nenhuma clivagem de classe ou de outra variável na composição das representações sociais, seria possível admitir que todos a expressam de forma singular.

O autor, no entanto, avança no seu argumento quando incorpora a discussão sobre a divisão do trabalho social (DURKHEIM, 1995). Nesse caso, ainda que sua análise não se modifique, ou seja, Durkheim continua afirmando que existem elementos representacionais comuns a todos e que esses se impõem aos indivíduos, ao mesmo tempo, admite que as experiências decorrentes das especificidades ocupacionais geram formas de consciência específicas para cada tipo de ocupação. Esse processo resulta em uma diversificação e multiplicidade das representações, dando base para o surgimento do indivíduo. Durkheim não atribui uma correspondência entre tipos de ocupações e representações, deixando essa questão em aberto.

A teoria marxista traz a clivagem de classe para a discussão das representações. Marx, entretanto, utiliza outras categorias, como ideologia ou consciência (MARX; ENGELS, 1986), para denominar o que Durkheim define como representação. Embora parte de diferentes parâmetros teóricos, Marx também demonstra os limites das construções do pensamento cotidiano. Os indivíduos se apropriam da realidade de forma acrítica, imediata, irrefletida. As formas-pensamento terminam guardando as possibilidades e os limites do desenvolvimento econômico-social de uma época. Assim, se a religião ainda povoa a consciência dos indivíduos (MARX, 1969), isso não é um problema das ideias, mas da forma como os indivíduos se organizam socialmente. Quando Marx formula esse tipo de

argumento, ele não está se referindo ao pensamento de uma ou outra classe, já que o pensamento religioso perpassa todas as classes.

Assim, há um primeiro argumento do autor que remete à ideia de que todos os indivíduos teriam, de certo modo, as mesmas representações sociais. Isto porque, para Marx, a consciência do indivíduo nada mais é do que uma expressão, no mundo das ideias, daquilo que se vivencia nessa época. No entanto, em um desdobramento do seu pensamento, identifica-se que posições sociais distintas na produção material da vida social, acarretam diferentes apreensões da vida social. A diferença básica, no capitalismo do século XIX analisado pelo autor, está em ser vendedor da força de trabalho ou dono dos meios de produção. É esta diferenciação que remete ao conceito de classe social, ao menos daquelas centrais no capitalismo – proletariado e burguesia (MARX; ENGELS, 1990).

Nesse sentido, a burguesia, por ser a proprietária dos meios de produção e dominar as formas de produção da vida social, domina também as suas representações. Essas últimas, na sociedade burguesa, são uma expressão do modo de viver burguês. Em grande medida, o proletariado incorpora a ideologia burguesa e a reproduz de forma alienada. A dominação burguesa se mantém, entre outras razões, porque o proletariado também é seu propagador. Nesse sentido, seria possível ter aqui uma justificativa para que as representações entre burgueses e proletariado, mesmo com a clivagem de classe, fossem semelhantes.

No pensamento de Bourdieu a classe social também é um fator de distinção social, quando traz para discussão o conceito de *habitus* de classe (ORTIZ, 1983; NOGUEIRA; CATANI, 2004). No entanto, o autor matiza sua abordagem incorporando os conceitos de capital – social, econômico e cultural. A perspectiva apresentada remete à matriz weberiana que pensa a classe, o status e o partido (poder político) como esferas autônomas de poder que estratificam a população, tanto na sua forma de ser quanto na sua forma de pensar a sociedade (WEBER, 1981, 2004).

É nesse mote que Bourdieu segue em sua linha argumentativa, demonstrando que, no campo educacional, por exemplo, o capital cultural e o *habitus* das classes populares são obstáculos para o sucesso escolar, uma vez que eles são incompatíveis com as exigências encontradas nestas

instituições. Somente a elite e as classes dominantes teriam facilidade com o universo escolar. Essa argumentação, embora não trate diretamente sobre as representações sociais, não deixa de incorporá-las. Habitus diferentes, representações igualmente distintas da realidade.

Toda a argumentação da sociologia do conhecimento baseada em K. Mannheim (1986), inspirada em grande medida na argumentação marxista, defende que todo conhecimento é socialmente determinado, ou seja, depende de quem fala, em que tempo, em que lugar; enfim, as formas de construção das ideias são o resultado de um conjunto complexo de múltiplas determinações. Nesse sentido, não seria apropriado afirmar que classes distintas perpetuam as mesmas formas de percepção da realidade. Além do mais, as ideias (ideologias) de cada grupo social expressam os seus interesses na sociedade, distorcendo, por vezes, a realidade com o intuito de se sobressair se isso interesser.

Em Weber (2004), a clivagem religiosa é mais relevante que a de classe. Para o autor, o espírito do capitalismo, inspirado pelo protestantismo, é um *ethos* vivenciado tanto pelo trabalhador quanto pelo empregador. O tradicionalismo também atravessa as diferentes classes sociais, sendo vivenciado tanto pelos dominantes quanto pelos dominados. De todo modo, Weber considera que formas diferentes de ação social e de ética são de possível convivência em um mesmo tempo histórico. Nesse sentido, o autor, ainda que não formule de modo direto uma interpretação sobre as representações sociais, demonstra que existem clivagens para conformar diferentes percepções da realidade, embora não as identifique entre dominantes e dominados.

Um último autor para colaborar sobre o tema da representação, neste debate sumarizado e introdutório ao tema, é o alemão Georg Simmel (SIMMEL; JACOBSON, 1965; SIMMEL, 2006). Aborda-se, neste artigo, o argumento principal desse autor sobre a pobreza, mediante a utilização do conceito de reconhecimento que faz parte de sua sociologia da ação. Para Simmel (2006), os significados sociais se fazem na interação entre os indivíduos de uma sociedade. Assim, eles dependem de como as pessoas reconhecem determinados fatos da realidade, isto é, no caso da pobreza: quais são os elementos da realidade que os indivíduos reconhecem como

sendo o que chamamos de pobreza? Mais do que questionar, um a um, cada indivíduo para se chegar a uma conclusão da representação social deste ponto, o autor recorre a um elemento sociológico fundamental: o que a sociedade reconhece como pobreza está institucionalizado nos critérios políticos e sociais inscritos nas políticas de governo e nas instituições privadas.

Essa interpretação não significa, entretanto, que não existam variações na forma de conceber a pobreza. Entretanto, o reconhecimento social sobre a pobreza, ou qualquer outra questão, que está institucionalizada, representa uma cristalização de um conjunto de ideias que são reproduzidas cotidianamente pelas instituições e que servem de referência tanto para aqueles que querem agir profissionalmente no combate à pobreza quanto na capacidade de os indivíduos perceberem como pobres.

O texto de Paugan (2003) segue a perspectiva simmeliana para estudar o caso francês. Para o autor, não há uma distinção de classe sobre os significados e as representações sobre a pobreza. Entretanto, o que se observa é um jogo que envolve, de um lado, uma imposição de identidade por parte dos agentes profissionais que reconhecem indivíduos como pobres, ainda que estes não aceitem tal identidade e, de outro, uma autoatribuição da identidade do pobre, mesmo que os agentes profissionais não ratifiquem essa posição. De todo modo, ambos os lados sabem quais são os critérios sociais e institucionais que instituem a noção de pobreza e atuam instrumentalmente com eles. Uma vez mais, encontra-se uma interpretação, desta vez institucionalista, em que a representação sobre a pobreza seria independente de qualquer distinção social.

Reis (2000) reconhece a ausência de estudos prévios sobre as representações sobre a pobreza e a desigualdade social; afirma que: “[...] mais surpreendente ainda, não existem entre nós estudos sistemáticos sobre como os não pobres e particularmente as elites percebem a pobreza e a desigualdade”. Além disso, ressalta que “[...] a questão da visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e na implementação de políticas sociais é inquestionável” (REIS, 2000, p. 144). No entanto, essa autora não enfatiza o ponto que estamos tentando abordar, ou seja, não apenas a visão da elite sobre a pobreza, mas o contraste dessa percepção

com aquele dos setores menos privilegiados da sociedade. O estudo de Reis (2000), pioneiro na abordagem da percepção da elite sobre a pobreza, não enfatiza, entretanto, o próprio conceito de “percepção”, ou “visão”, ou ainda da “representação” da pobreza formulada pela elite, por pressupostos.

Destacam-se, sobretudo, algumas observações e conclusões a que a autora chega a partir de um estudo comparativo que foi realizado, durante os anos 1990, entre as elites brasileiras e as da África do Sul e de Bangladesh. Além disso, as pontuações do presente artigo se restringem aos seus comentários sobre o Brasil, visto que, especificamente, em âmbito nacional, foram investigadas as elites políticas, burocráticas, empresariais e sindicais.

Quando as elites são questionadas sobre quais são os principais problemas do Brasil, “nossos entrevistados tendem a conferir prioridade a questões sociais” (REIS, 2000, p. 145). E estas questões “terminam sendo um desafio mais sério da democracia” (REIS, 2000, p. 145). Quando inquiridos sobre quais elementos da questão social podem impactar mais diretamente a vida democrática nacional, a resposta gira em torno de: baixa educação, pobreza e desigualdade. Entretanto, os entrevistados apontam que, para combater os principais problemas nacionais, os caminhos estão em: melhorar a educação, reduzir o Estado, erradicar a pobreza e a desigualdade e aumentar a participação popular nas decisões políticas. Nesse sentido, as respostas se complementam e demonstram uma coerência na abordagem.

A educação é a grande panaceia para os membros da elite brasileira, a forma mais adequada de “dotar os desprivilegiados de recursos” (REIS, 2000, p. 146); afinal, o aumento do nível escolar tenderia a dar à população pobre as condições necessárias “[...] para competir por um lugar melhor na estrutura social sem envolver uma ativa redistribuição de renda” (REIS, 2000, p. 147). Desse modo, a educação é vista como forma de promoção de igualdade de oportunidades, tornando-as possíveis formas de mobilidade social. Esse caminho é, segundo Reis (2000), a forma encontrada pelos entrevistados para a ascensão dos pobres sem o descenso dos não pobres, ou seja, sem mexer em privilégios de classe destes.

A formulação de enfrentamento da pobreza via educação é um padrão de resposta tipicamente liberal. Ela está em Marshall (1967), que associa

educação à cidadania; em Tocqueville (1987), que relaciona a educação com a democracia; mas, sobretudo, e mais contemporaneamente, com o pensamento do economista Amartya Sen (2001). Logo, esse tipo de abordagem privilegia a iniciativa empreendedora dos indivíduos na busca da superação das suas próprias limitações sociais.

Nesse contexto, o maior responsável pela resolução das questões sociais, na visão das elites, de acordo com Reis (2000), é o Estado. Se não há uma solução para as questões da pobreza, isso se deve à falta de vontade política dos entes públicos. Desse modo, “a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade” (REIS, 2000, p. 148), depositando toda a responsabilidade no Estado. Entretanto, as elites políticas e burocráticas (aqueles que ocupam as posições superiores das burocracias públicas) “não se veem como Estado” (REIS, 2000, p. 148). Portanto, a elite brasileira não se envolve na solução das condições de pobreza e desigualdade social, como também não se sente parte desse problema. Essa posição é corroborada pelo ceticismo demonstrado pelas elites diante da atuação das organizações voluntárias (Organizações ou Instituições Não Governamentais).

A única questão que faz a elite sentir-se ameaçada não é a condição precária de vida da população, mas o quanto essa precarização pode derivar em violência. Portanto, a segurança e a manutenção da ordem são os pontos nevrálgicos e que fazem com que a busca de soluções se dê de forma privatizada (segurança privada) e não coletiva. Nesse sentido, a criminalização da pobreza, apontada por Wacquant (2001, 2003), está em sintonia com os resultados apresentados por Reis (2000).

A partir desses dados sobre as representações sobre a pobreza unicamente em relação à elite, as questões que este estudo aborda são: essas representações são as mesmas para aqueles que estão no outro extremo social? As elites ainda mantêm a mesma posição oito anos depois da pesquisa feita por Reis? Na próxima seção, delimitam-se os parâmetros definidos para a escrita deste artigo.

3. Parâmetros e definições

O levantamento de dados, de âmbito nacional, foi realizado pelo instituto Vox Populi, entre 20 e 26 de maio de 2008, por intermédio de uma pesquisa com indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos. Foram realizadas 2.421 entrevistas, com 28 perguntas e 86 variáveis. Como a referida pesquisa envolveu muitas variáveis, este artigo se detém aos resultados que possuem relação com o desdobramento da análise, realizada a partir dos microdados. Assim, na delimitação, não foram investigadas as questões relativas à desigualdade, e sim os dados relativos à pobreza.

Pobreza e desigualdade são fenômenos distintos; porém, relacionados. Tocqueville (2003) demonstra, a partir do seu paradoxo³, que a conceituação de pobreza nada mais é do que a percepção de desigualdade social. Assim, quanto mais desiguais são as sociedades, havendo um grande contraste de posições sociais, maior também é a percepção de que há alguns grupos (os pobres) que não são capazes de obter o necessário para terem a plena vida social. Para o autor, esse fenômeno ocorre basicamente na passagem das sociedades europeias (Inglaterra e França, principalmente, base de observação do autor) para uma economia de mercado de base urbano-industrial (TOCQUEVILLE, 2003). Assim, sobre os efeitos da pobreza para a vida social que serão colocados os dilemas da dependência, da caridade e da assistência social, derivando no debate posterior acerca das políticas e dos direitos do trabalho e sociais (SIMMEL; JACOBSON, 1965; CASTEL, 1998).

A pobreza torna-se, portanto, um fenômeno difícil de ser conceituado de forma consensual, derivando na possibilidade de serem construídas muitas representações. Entre algumas das muitas concepções para o fenômeno, estão: o pauperismo e a questão social, as concepções típicas do século XVIII e XIX; a pobreza associada à fome; a concepção de “necessidades básicas e mínimos sociais”, a pobreza relacionada à cidadania; a mensuração da pobreza – pelas linhas de pobreza e miséria – os indicadores

³ O dilema tocquevilliano discute a razão porque nas nações (sociedades) em que há mais riqueza é também onde se verifica a maior presença de pobreza

sociais; a pobreza como carecimento e como vulnerabilidade (ROCHA, 2003; CODES, 2008).

Neste artigo, identifiquei a percepção de pobreza, buscando definir a classificação de extremos sociais. Para isso, utilizei os seguintes sete pares conceituais: 1. Urbano/Rural; 2. Homem/Mulher; 3. Branco/Não branco; 4. Jovem (até 24 anos)/Idoso (65 anos +); 5. Pobre (até ½ Salário Mínimo (SM) de Renda Familiar (RF))/Rico (10 SM + de RF); 6. Desempregado/Empregador; e 7. Baixa Educação (até a 4^a Série)/Alta educação (Nível Superior +). De acordo com a hipótese defendida neste artigo, espera-se que os extremos sociais apresentem formas de percepção distintas sobre a pobreza e que essa distinção pode ser mensurada estatisticamente, por meio de testes de significância.

Essa hipótese foi testada com o uso de três formas de mensuração. Na primeira forma, os entrevistados tiveram que expressar qual a associação espontânea e imediata eles estabelecem com a palavra pobreza. Neste caso, os respondentes deram várias respostas, as quais, posteriormente, foram compiladas para formar uma única listagem contendo os termos mais recorrentes. Como se trata de uma questão com múltiplas respostas, não foi possível fazer testes de significância. No entanto, foi possível identificar quais termos foram mais recorrentes, qual foi a média de menções e quais grupos sociais (acima especificados) estiveram acima ou abaixo da média.

Na segunda forma de mensuração, perguntou-se, aos entrevistados, que agentes sociais têm maior responsabilidade para ajudar a diminuir a pobreza no Brasil. Para realizar os testes estatísticos, foram selecionados os agentes mais citados; depois, foram criadas variáveis dicotômicas com respostas (sim/não) para os seguintes casos: Governo; Sociedade; Indivíduo; Empresários; Instituições Não Governamentais. Assim, foi possível realizar o Teste Exato de Fisher⁴ para comparar os resultados para cada par conceitual definido.

4 O Teste Exato de Fisher é um método estatístico, fundamentado nos pressupostos da estatística inferencial, utilizado para avaliar a significância de um resultado, a partir de uma tabela tipo 2x2. Os testes realizados foram sempre com $p \leq 0,05$.

Por fim, foram apresentadas cinco sentenças para que os entrevistados pudessem dizer se concordavam ou não com elas, sobre como fazer para superar a pobreza (porta de saída). As respostas foram reduzidas para três opções: “concordo” (englobando concordo totalmente e concordo parcialmente); “neutro” (não concordo nem discordo); “discordo” (incluindo discordo totalmente e discordo parcialmente). A partir dos resultados obtidos, foi possível aplicar o Teste do Qui-Quadrado⁵. As sentenças testadas foram:

1. Sem apoio do governo, o pobre vai continuar pobre por mais que se esforce;
2. Se os pais de uma pessoa são pobres, é muito difícil que ela deixe de ser pobre;
3. Só o trabalho pode tirar uma pessoa pobre da pobreza;
4. No Brasil, as pessoas são recompensadas por seus esforços;
5. No Brasil, as pessoas são pobres porque não tiveram acesso à educação.

Assim, foram observadas cinco concepções sobre a pobreza: 1. A intervenção do governo (Estado) é imprescindível para atendimento às demandas da pobreza; 2. Há uma forte herança familiar na transmissão geracional da pobreza, de modo que, os pobres de hoje, em sua grande maioria, são oriundos de famílias pobres; 3. O trabalho é o fator determinante para que o indivíduo saia da sua condição de pobreza; 4. A capacidade de ação (empreendedora) e o esforço dos indivíduos são recompensados socialmente; e, finalmente, 5. A educação é o instrumento para a superação da pobreza.

As três últimas concepções encerram um ideário liberal, em que o indivíduo, por meio do seu trabalho, da educação e do seu esforço (de sua agência) pode encontrar meios de transformar socialmente sua vida. Por outro lado, as duas primeiras assertivas encerram tanto a necessidade de o Estado fazer-se ativo, mediante políticas públicas e sociais para o devido

⁵ O Teste do Qui-quadrado é um método estatístico, fundamentado nos pressupostos da estatística inferencial, utilizado para avaliar a significância de um resultado, a partir de uma tabela que não seja do tipo 2x2. Os testes realizados foram sempre com $p \leq 0,05$.

encaminhamento das questões relativas à pobreza, quanto o reconhecimento de que há uma herança social e cultural a ser superada, advinda do capital educacional e cultural herdado pelos filhos (NOGUEIRA; CATANI, 1998). Em ambas, há um princípio intervencionista que pressupõe a incapacidade de o indivíduo encontrar os mecanismos de superação de sua posição social. Os dados aqui coletados não são suficientes para identificar se as teses liberais ou intervencionistas têm ou não sentido. O importante a ressaltar está em verificar o quanto a posição social distinta dos indivíduos formata concepções igualmente distintas sobre a pobreza.

Nos pares sociais formados, com extremos da escala social, uma das pontas é, necessariamente, menos provida de bens e oportunidades sociais que a outra. Assim, na contraposição, por exemplo, entre urbano e rural: os estudos de mobilidade social (PASTORE; SILVA, 2000) apontam que a vida rural oferece, em geral, menos oportunidades que a vida urbana; entre homens e mulheres: há uma luta histórica das mulheres para uma equiparação salarial e de oportunidade entre os grupos (BANCO MUNDIAL, 2005; ORTIZ-OSPINHA; HASELL; ROSER, 2018⁶); o mesmo vale para a contraposição entre brancos e não brancos (PAIXÃO, 2013), em que há, para esses últimos, o reconhecimento de um preconceito estrutural; enfim, o mesmo se aplica aos demais pares sociais.

4. Principais resultados

Os resultados estão organizados em três grupos, como foi enunciado anteriormente. O primeiro, referente às associações espontâneas e imediatas que os entrevistados estabelecem com a palavra pobreza, é o objeto da análise a seguir.

4.1 Associações com a pobreza

As principais palavras associadas espontaneamente com a pobreza entre os grupos sociais definidos para este artigo foram as mesmas identificadas na pesquisa geral, a saber: fome (média de 24,7%), falta de emprego/oportunidade (média de 11%), desemprego (média de 8,7%), baixos

⁶ Ver dados do site Our World in Data sobre as desigualdades de gênero em: <https://ourworldindata.org/economic-inequality-by-gender>

salários (média de 5,3%), moradores de rua (média de 5,2%), favela (média de 3,5%) e falta de oportunidade (média de 3,4%).

Na Tabela 1, são apresentadas as distinções estabelecidas. Foram incluídas as setas (\uparrow) para indicar os valores acima da média (os maiores valores); e as setas (\downarrow), para indicar os abaixo da média (os menores valores). Vale observar que, como a pergunta permitia uma resposta aberta (sem uma lista fechada de opções), não foi possível realizar testes estatísticos para analisar as distinções entre grupos. Dessa forma, nesse item, as distinções dizem respeito, somente, à observação dos valores discrepantes para mais ou para menos em relação à média observada.

Tabela I – Associação de termos com o conceito de pobreza

Grupos	Fome	Falta de emprego/de oportunidade	Desemprego	Baixos salários	Moradores de rua	Favela
Urbano	25,9%	10,7%	7,3%	5,7%	6,2%	3,4%
Rural	24,6%	12,4%	\uparrow 12,0%	6,0%	2,5%	3,2%
Homem	24,7%	10,9%	7,7%	6,0%	4,5%	4,2%
Mulher	26,7%	11,1%	8,5%	5,6%	6,5%	2,6%
Pobre	\uparrow 30,2%	11,7%	\uparrow 17,3%	5,0%	3,8%	\downarrow 1,2%
Rico	22,1%	\downarrow 9,2%	\downarrow 4,5%	4,2%	6,4%	\uparrow 6,2%
Branco	25,5%	10,4%	7,1%	6,4%	5,3%	3,5%
Não Branco	25,9%	11,6%	9,0%	5,2%	5,8%	3,3%
Desempregado	22,2%	\uparrow 12,8%	10,9%	5,6%	4,7%	3,0%
Empregador	\downarrow 19,0%	10,7%	\downarrow 6,0%	\downarrow 1,2%	6,0%	1,8%
Jovem (até 24 anos)	25,2%	\uparrow 12,4%	8,4%	\uparrow 7,0%	6,5%	3,5%
Idoso (65 anos +)	\uparrow 29,0%	11,2%	7,4%	4,0%	\downarrow 2,4%	4,3%
Baixa Educação	27,5%	11,0%	\uparrow 11,1%	4,8%	4,5%	1,9%
Alta Educação	\downarrow 20,5%	\downarrow 8,9%	\downarrow 5,1%	\uparrow 7,2%	\uparrow 7,0%	\uparrow 6,2%
Média	24,7%	11,0%	8,7%	5,3%	5,2%	3,5%

Fonte: Elaborada pelo autor.

A fome foi o termo mais associado à pobreza para todos os grupos sociais estudados. No entanto, de um lado, os pobres e os idosos foram os

que mais fizeram essa associação, em contraposição, aos empregadores e àqueles com alta educação.

Quando se trata de falta de emprego, os desempregados e os jovens são os que mais se reportam a este fato; já os ricos e com alta educação são os que menos o fazem.

O desemprego ficou na terceira posição entre os termos associados. Entretanto, os pobres, aqueles residentes nas zonas rurais e os de baixa educação foram os que mais o citaram; já os ricos, os empregadores e os de alta educação foram os que menos o fizeram.

Os de baixos salários foram mais lembrados pelos jovens e entre os de alta educação, e menos pelos empregadores.

Os moradores de rua, atuais, indivíduos em situação de rua, foram mais lembrados pelos de alta educação e menos pelos idosos.

Sobre o termo favela, os ricos e os de maior educação foram os que mais o citaram, em contraposição aos pobres.

Se não observamos uma clara distinção entre todos os dominantes, de um lado, e todos os dominados, de outro, é possível elucidar, porém, algumas polarizações. A mais evidente entre elas, que reflete uma forte distinção, está na associação entre pobreza e desemprego. Enquanto os pobres, de baixa educação e do meio rural consideram essa associação mais relevante que a média; os ricos, empregadores e de alta educação, posicionam-se no extremo oposto.

Outro ponto a observar, é que todas as associações geraram algum tipo de polarização, sempre tendo, de um lado, um grupo dominante e, do outro, um dominado. A única exceção foi a associação entre pobreza e baixos salários, em que há uma polarização entre empregadores e aqueles com alta educação. Esse resultado evidencia uma fragilidade neste tipo de conceituação.

Alguns grupos sociais elencados ficaram, em todas as associações feitas, muito próximos à média, a saber: urbano, homem x mulher, branco x não branco. Os dois últimos grupos citados não apresentaram distinções,

nem entre si, nem com os demais grupos, sobre qualquer uma das associações realizadas.

Por outro lado, os grupos que apresentaram maiores polarizações foram: alta educação, empregadores e ricos x pobres, enquanto os de alta educação se distanciam dos outros grupos em todas as associações com a pobreza. Já o par conceitual ricos x pobres é o que mais apresenta polarizações entre si.

O resultado deste primeiro grupo de análise demonstra que não há uma unidade de pensamento social em que dominantes e dominados converjam para visões opostas sobre a pobreza. As distinções observadas, entretanto, são expressas pelos diferentes grupos, não sendo as mesmas uma unidade entre todos os dominantes ou todos os dominados. Alguns pares conceituais não apresentaram nenhuma distinção em relação a uma perspectiva mais geral e média das associações com a pobreza, como homens x mulheres e brancos x não brancos.

Por fim, apesar das distinções observadas, houve um padrão de respostas em que, para todos os grupos pesquisados, houve as mesmas associações (com ênfases diferentes), mas seguindo a mesma sequência, para as três principais respostas: fome, falta de emprego/oportunidade e desemprego.

O segundo grupo de análises, observado no próximo item, recai sobre a percepção sobre quem tem maior responsabilidade para ajudar a diminuir a pobreza no Brasil.

4.2 Responsabilidades para diminuir a pobreza

Novamente, são comparados aqui os grupos sociais dicotômicos, indicando a importância do governo, da sociedade, do indivíduo, dos empresários e das instituições não governamentais como responsáveis por diminuir a pobreza. Desta vez, a listagem de opções para respostas foi fechada; com isso, foi possível realizar os testes de significância, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Responsáveis por diminuir a pobreza

Grupos	Governo		Sociedade		Indivíduo		Empresários		Inst. Não Gov.	
	%	Sig.	%	Sig.	%	Sig.	%	Sig.	%	Sig.
Urbano	29,20%	0,481	6,50%	0,381	5,40%	0,035	3,10%	0,002	0,4%	0,189
Rural	29,40%		5,90%		3,20%		6,40%		0,0%	
Homem	28,90%	0,398	7,70%	0,006	5,90%	0,037	3,30%	0,258	0,3%	0,542
Mulher	29,50%		5,10%		4,20%		3,90%		0,4%	
Pobre	23,20%	0,296	3,70%	0,018	1,20%	0,018	6,10%	0,262	0,0%	-
Rico	27,20%		12,30%		8,20%		3,60%		0,0%	
Branco	28,30%	0,203	7,70%	0,008	5,50%	0,170	2,40%	0,002	0,5%	0,185
Não Branco	30,00%		5,20%		4,60%		4,70%		0,2%	
Desempregado	32,20%	0,438	6,50%	0,311	6,10%	0,052	4,20%	0,384	0,0%	-
Empregador	30,40%		8,90%		12,70%		2,50%		0,0%	
Jovem (até 24 anos)	30,10%	0,200	8,00%	0,071	4,70%	0,544	3,30%	0,091	0,5%	0,663
Idoso (65 anos +)	26,40%		4,50%		4,50%		1,10%		0,6%	
Baixa Educação	27,60%	0,111	3,40%	0,001	2,90%	0,001	5,10%	0,004	0,3%	0,595
Alta Educação	31,70%		12,20%		9,00%		1,40%		0,4%	
Média	28,86%		6,97%		5,58%		3,65%		0,26%	

Fonte: Elaborada pelo autor.

A responsabilidade do Governo foi uma unanimidade; logo, não houve distinções significativas entre os grupos pesquisados, mas com maior percentual de respostas para todos os grupos. Já a Sociedade foi mais responsabilizada pelos ricos, homens, brancos e com alta educação. Perfil próximo a este foi encontrado entre aqueles que responsabilizam o indivíduo: ricos, urbanos e com alta educação.

Como no item anterior, não houve uma posição consensual dos grupos dominantes em contraposição aos dominados. Entretanto, somente os primeiros, preferencialmente, responsabilizam mais os indivíduos e a sociedade; enquanto os dominados, atribuem mais responsabilidade aos empresários.

Assim como na análise anterior, a oposição de percepções entre dominantes e dominados não deixa de ocorrer, embora, aglutinando grupos específicos conforme o caso. Os ricos e com alta educação parecem ter mais proximidade de pensamentos e comungam, mais do que os demais grupos, da relevância da ação do indivíduo e da sociedade para a solução da pobreza.

Por fim, foram testadas cinco sentenças por meio das quais se buscou analisar a concordância dos grupos. O resultado destes testes está na seção a seguir e indica a adesão dos grupos a possíveis portas de saída para pobreza.

4.3 Portas de saída

Na Tabela 3, apresentada a seguir, foram incluídas as médias de concordância, neutralidade e discordância em relação aos enunciados propostos, independentemente dos grupos. As cinco afirmativas apresentam o governo, a família, o esforço individual, a educação e o trabalho como portas de saída para a condição de pobreza.

Tabela 3 – Portas de saída para a pobreza

Afirmativas	Concorda	Neutro	Discorda
Governo Sem apoio do governo, o pobre vai continuar pobre por mais que se esforce.	70,5%	4,5%	25,0%
Esforço Individual No Brasil, as pessoas são recompensadas por seus esforços.	64,3%	6,8%	29,0%
Educação No Brasil, as pessoas são pobres porque não tiveram acesso à educação.	64,1%	9,5%	26,5%
Trabalho Só o trabalho pode tirar uma pessoa pobre da pobreza.	63,3%	7,9%	28,8%
Família Se os pais de uma pessoa são pobres, é muito difícil que ela deixe de ser pobre.	30,6%	7,5%	61,9%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Das cinco opções, três obtiveram percentuais de concordância muito similares: o esforço individual, a educação e o trabalho. A família obteve a menor concordância, muito abaixo dos demais itens; o Governo, ao

contrário, manteve-se como a maior referência como a possibilidade de saída da pobreza.

De todas as cinco sentenças pesquisadas, a única que apresentou mais de dois grupos com distinções de percepção entre si foi a que se referia ao Governo: “Sem apoio do governo, o pobre vai continuar pobre por mais que se esforce”. Nesta, a concordância dos de baixa educação (78,7% x 65,6% alta educação; $p \leq 0,05$), pobres (81,7% x 64,0% ricos; $p \leq 0,05$), idosos (77,3% x 66,5% jovem; $p \leq 0,05$), e desempregados (73,4% x 52,6% empregador; $p \leq 0,05$) foi superior aos seus grupos opostos. Se todos responsabilizam, igualmente, o Estado por resoluções sobre a pobreza, o mesmo não ocorre com a concordância de que, somente com a intervenção do Estado, será possível sair da condição de pobreza. Não por outra razão, os grupos mais afetados socialmente são os que mais apostam nessa alternativa.

O peso da herança familiar é sentido, principalmente, pelos pobres (37,5% x 27,1% ricos; $p \leq 0,05$) e pelos de baixa escolaridade (37,7% x 22,0% alta educação; $p \leq 0,05$). Foram esses grupos que apresentaram alguma distinção diante da concordância com a frase: “Se os pais de uma pessoa são pobres, é muito difícil que ela deixe de ser pobre”.

Nas três sentenças com percentuais médios próximos (o esforço individual, a educação e o trabalho), houve somente um grupo que apresentava uma opinião distinta do seu opositor. Isso só ocorreu, no caso do esforço pessoal, entre os de baixa (68%) e alta educação (58%); quanto à educação, os homens (66,7%) se distinguiram das mulheres (62,1%); e em relação ao trabalho, os brancos (64,2%) tiveram mais concordância que os não brancos (62%)⁷.

5. Discussão

As discussões sobre a pobreza são muito amplas e diversificadas. O entendimento sobre o que define uma situação como pobreza, também se altera, principalmente, a partir da perspectiva teórica adotada e da finalidade do estudo proposto. Nesse caso, o que está em questão é saber se essa

⁷ Essas comparações foram verificadas com $p \leq 0,05$.

percepção se altera em razão do grupo social estudado ou se ela é unívoca em toda a sociedade a partir de uma mesma base de proposições. No caso de haver distinções, elas podem ou não serem percebidas através de grupos que ocupam as posições extremas na sociedade?

Os resultados encontrados não corroboram inteiramente com uma, nem com outra posição. De um lado, se não houve uma perspectiva unívoca para todos os grupos, por outro lado, as distinções foram pequenas, embora não tenham deixado de contrapor os lados opostos do espectro social.

A distinção dos grupos pela educação (alta e baixa) dos seus membros foi a que mais gerou percepções sobre a pobreza. Por exemplo, aqueles que têm baixa educação a associam com o desemprego, em um percentual que é o dobro daqueles que têm alta educação. As demais oposições se distinguiram dos outros grupos apenas pontualmente.

Qual a associação entre grupos que apresentou maior relevância? Três se destacam: a primeira, em que há uma associação de conceitos sobre a pobreza: os de alta educação se associam aos empregadores e aos ricos, desconsiderando o desemprego como elemento definidor de situações de pobreza; a segunda, no item sobre as formas de superar a pobreza, os de alta educação se associam aos brancos, ricos e homens para defender que a mobilização da sociedade é mais importante para superação da pobreza que seus opositores; a terceira, em relação à porta de saída, os de alta educação se associam aos ricos, jovens e empregadores que privilegiam mais o governo, como porta de saída, que os seus grupos opositos.

Portanto, a educação é o fator que traz maior alteração da percepção da pobreza, seja de forma isolada, ou associada a outros grupos sociais. O que a alta educação é capaz de alterar a percepção da pobreza? Ela privilegia a associação da pobreza com os baixos salários, a favela e os moradores de rua; privilegia mais a sociedade e o indivíduo como responsáveis pela superação da pobreza; quanto à porta de saída, ficam na média entre aqueles que atribuem ao esforço individual, à educação e ao trabalho a forma de se evitar a pobreza. A intervenção do governo para alívio da pobreza é privilegiada pelos indivíduos que têm baixa educação, pelos pobres, pelos idosos e pelos desempregados. Já o peso da herança familiar é percebido de forma mais intensa pelos que têm baixa escolaridade e pelos pobres.

Os dados indicam, então, que a educação não é um fator apenas para superação da pobreza, a partir de uma perspectiva liberal, mas, sobretudo, para construir uma imagem do pobre, localizado – nas ruas e favelas – e de baixa renda; assim, a responsabilidade de superar essa situação cabe ao próprio indivíduo pobre e à sociedade, excluindo aqui, os empresários e as Instituições Não Governamentais. Essas são as menos responsabilizadas por aliviar a pobreza além de terem uma percepção negativa pela elite, conforme demonstra Reis (2000). Portanto, que sociedade tem-se em mente neste caso? Uma hipótese é que a sociedade seria, simplesmente, os outros, retirando dos mais educados a responsabilidade para ação. Por fim, a porta de saída está em pontos que reforçam tanto a necessidade de iniciativa individual, trabalho, esforço empreendedor e, sobretudo, que os pobres se eduquem.

Esses resultados confirmam, em certa medida, os achados aqui apresentados por Reis (2000), ainda que não tenha trazido uma visão unificada da elite contra os setores menos privilegiados da sociedade. Vale ressaltar, entretanto, que, até este momento, se esteve apenas no campo das representações; dessa forma, a representação que os bem-educados têm dos pobres é que estes deveriam, para saírem de sua condição de pobreza, ser educados pelos seus esforços e pelo seu trabalho, tornando-se parte da elite.

6. Referências

- BANCO MUNDIAL. **A Questão de Gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2005.
- BERGER, P. **Perspectivas Sociológicas**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CASTEL, R. **Metamorfose da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, C.; O'DONNELL, J. **Introdução às Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CODES, A. L. A Trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa. In: IPEA. **Textos para Discussão, 1332**. Brasília: Ipea, abr. 2008. p. 1-29
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Nacional, 1978.
- DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

- MARX, K. **A Questão Judaica**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. Sociologia. Rio de Janeiro: Ática, 1983.
- ORTIZ-OSPIÑA, Esteban; HASELL, Joe; ROSER, Max. Economic Inequality by Genderl. **Our world in data**, 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/economic-inequality-by-gender>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- PAIXÃO, M. **500 anos de solidão**: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Ed. Apris, 2013.
- PASTORE, J.; SILVA, N. do V. **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PAUGAN, S. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.
- REIS, E. P. Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 143-152, fev. 2020.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIMMEL, G. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SIMMEL, G.; JACOBSON, C. The Poor. **Social Problems**, v. 13, n. 2, p. 118-140, 1965.
- TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. São Paulo: USP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- TOCQUEVILLE, A. **Ensaio sobre a Pobreza**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- WACQUANT, L. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2001.
- WACQUANT, L. **Punir os Pobres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- WEBER, M. A. **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- WEBER, M. A. Classe, Status e Partido. In: VELHO, O.; PALMEIRA, M.; BERTELLI, A. (org.). **Estrutura de Classe e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 61-83

Recebido em 11/07/2023
Aceito em 07/09/2023
Publicado em: 12/09/2024

Representation of Poverty: the importance of education

Abstract

The article makes a new analysis of the research carried out by Vox Populi, in 2008, which dealt with the opinion of Brazilians on social inequalities, poverty and governmental social policies. In this new approach, the comparison between dominant and dominated – in different subgroups – about their perceptions of poverty stands out. The data were analyzed in a statistical way and called into question the existence of a distinction between the representation of both defined groups. The result demonstrates that the groups, in fact, are opposed in most of the observations made, especially those with high schooling.

Keywords: Poverty. Social Representations. Statistics. Education.

Representaciones de la pobreza: la importancia de la educación

Resumem

El artículo hace un nuevo análisis de la investigación realizada por Vox Populi, en 2008, que trato sobre la opinión de los brasileños sobre las desigualdades sociales, la pobreza y las políticas sociales gubernamentales. En estés nuevo, cobra protagonismo la comparación entre grupos dominantes y dominados – en diferentes subgrupos – sobre sus percepciones de la pobreza. Los datos fueron procesadas estadísticamente y pusieron en duda la existencia de una distinción entre las representaciones de ambos grupos definidos. El resultado demuestra que los grupos, en efecto, se contraponen en la mayoría de las observaciones realizadas, destacándose, principalmente, aquellos con escolaridad media.

Palabras clave: Pobreza. Representaciones Sociales. Estadística. Educación.